



INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

DECÁLOGO DO Q+50: O NOVO AMBIENTE URBANO

O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) contribuiu para apresentar a pauta da Reforma Urbana no Brasil, no histórico Seminário de Quitandinha, em 1963. O evento tornou-se um marco da política urbana brasileira.

Em meio século, a população das zonas urbanas saltou de 30 para 170 milhões. Surgiram novas demandas, novos obstáculos e a necessidade de uma nova agenda urbana. Para se debruçar no tema, o IAB, ao longo de 2013, realizou, em sete estados brasileiros, o ciclo de eventos Q+50.

No cinquentenário do primeiro evento de reforma urbana brasileiro, arquitetos, urbanistas, cientistas políticos, economistas e outros profissionais de todo o país fizeram considerações e formularam propostas para um NOVO AMBIENTE URBANO – mais democrático e com mais qualidade de vida. A seguir, as 10 principais considerações e propostas.

Considerações:

- 1) O desenvolvimento nacional e o desenvolvimento urbano são interdependentes.
- 2) Todos os investimentos públicos devem ser mediados pela cidadania organizada.
- 3) O avanço da democracia depende da universalização dos serviços públicos urbanos.
- 4) Favela é patrimônio urbano e cultural. Portanto, deve ser urbanizada e regularizada.
- 5) Asfalto não é mobilidade: o modelo rodoviarista está esgotado e é incompatível com cidades ambientalmente sustentáveis.
- 6) É claro: pedestre antes de carro; calçada antes de rua; espaços públicos antes de obras de trânsito; transporte público antes de privado.
- 7) Construções devem estar na cidade consolidada, com infraestrutura, sem ampliar a ocupação urbana.
- 8) Cidades precisam ser permanentemente projetadas, como função de Estado, e não de governo.
- 9) É preciso resgatar a cultura de planejamento e projetos completos para reduzir custos, aumentar a qualidade das obras e combater a corrupção.
- 10) Cidades metropolitanas equilibradas têm estatuto próprio e de políticas que articulem seus problemas essenciais: mobilidade, habitação, saneamento, saúde e educação.



INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

Propostas do IAB:

- 1) Criação da Meta Nacional de Urbanização de assentamentos populares: favelas e loteamentos.
- 2) Elaboração de um Compromisso Nacional e Local pela universalização dos serviços públicos.
- 3) Implementar a Assistência Técnica à moradia popular como política de Estado, fazendo valer a lei existente.
- 4) Criação de um Programa de Universalização do Crédito Imobiliário, diretamente para as famílias, sem intermediação de construtoras. Juro zero para Habitação Popular – não só para automóveis.
- 5) O Programa Minha Casa Minha Vida precisa ocupar áreas dentro do tecido urbano consolidado, com variações tipológicas, evitando enclaves sociais segregadores.
- 6) Condicionar o investimento público em transporte à existência de Planos Urbanos de Mobilidade, que privilegiem o modo de alta capacidade integrado e o espaço público para pedestres e ciclistas.
- 7) Criação de Fundo Financiador de Estudos de Mobilidade.
- 8) Implantação de Sistemas de Planejamento Urbano ou Metropolitano permanentes, como função de Estado.
- 9) Adequar a lei, obrigando a licitação e financiamento de obras públicas somente a partir de projetos completos.
- 10) Adequar a lei, tornando obrigatória, em vez de preferencial, a realização de concursos para a escolha de projetos em obras públicas.